

Os paradigmas de Antígona e Gacel Sayah: uma aproximação com os dilemas ético-morais históricos e atuais do jornalismo

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Resumo

O trabalho busca situar e complexificar alguns dilemas morais clássicos na história humana a partir de dois paradigmas: o de Antígona, personagem de Sófocles; e o de Gacel Sayah, personagem de Vázquez-Figueroa. Situa alguns dilemas históricos e contemporâneos no jornalismo, situando exemplos trazidos por profissionais no exercício de sua atividade e por acadêmicos especialistas da área. Ao mesmo tempo, relaciona tais conflitos imediatos à especificidade do fazer jornalístico, desde a perspectiva histórica da consolidação de seus valores até o cenário atual da profissão jornalística no Ciberespaço e na Sociedade da Informação, em que a técnica, a ética e a estética tentam se estruturar pela perspectiva de uma convergência moral, no sentido de sustentar a atividade como portadora de credibilidade e legitimidade sociais.

Palavras-chave

Ética; paradigmas éticos; dilemas morais; jornalismo; profissão

O tormento interior entre viver com a culpa, a desonra e o sofrimento e cumprir obrigações morais, mesmo que particulares do ponto de vista social e cultural, tem sido objeto de vários campos de conhecimento, entre eles a Filosofia e a Literatura. É tanto tratado em uma análise detalhada e profunda sobre ética, envolvendo os conceitos de *particularidade* e *universalidade*, quanto expresso em obras teatrais, romances e contos que situam aspectos comportamentais de uma cultura, de uma região, de uma época.

Assim, cumprir uma determinação cultural com expressão moral, mesmo que isso leve à morte – e se tenha consciência disso –, pode ser uma tarefa da qual não se pode abrir mão porque é tanto um dever atribuído pelo mundo “divino” quanto (independente de

qualquer atribuição divina) pode ser o resultado de um compromisso moral com a própria vida, insuportável de outra forma que não seja a existência balizada por determinados princípios.

Talvez por isso Bárbara Freitag tenha dado ao livro que escreveu sobre os dilemas morais históricos da humanidade em diferentes épocas o título de *Itinerários de Antígona* (1992), uma alusão à tragédia grega escrita por Sófocles (1995) no século V a.C.

Em *Édipo em Colona*, na narrativa de Sófocles (1993), Polinice, dirigindo-se a Antígona, diz: “Jura-me sepultar-me na terra tebana, não deixes meu corpo sem homenagem, dá-lhe uma sepultura”¹.

Este tema é levado para outro trabalho do autor grego, que trata do trágico desdobramento do compromisso moral assumido por Antígona (também título da obra). Ela, contra a determinação das ordens *humanas* de Creonte - de não dar sepultura a quem lutou contra ele e na sua opinião contra Tebas, Polinice, e de sepultar a quem ficou de seu lado, Eteócles -, honra o compromisso assumido e busca homenagear Polinice com a sepultura. A pena é a morte. Antígona é sepultada viva, com alimento para alguns dias. Mas ela preferiu o suicídio, enforcando-se com os cadarços de sua cintura.

Um relato ou uma análise da tragédia *Antígona* permite diferentes abordagens, mas é inegável que o compromisso de Antígona para dar sepultamento a Polinice é um dos principais aspectos da obra e pode ser relatado como um de seus conflitos morais principais, um conflito entre indivíduo e sociedade, Antígona e Creonte.

Para Bárbara Freitag (1992: 19),

Se a questão da moralidade encontrou na tragédia grega sua expressão dramática mais refinada e elucidativa, a Antígona de Sófocles é, sem dúvida, um dos seus mais belos exemplos. Nessa peça, o conflito moral sobe ao palco, encarnado em diversos personagens, entre os quais Antígona e Creonte assumem os pontos extremos de uma polaridade.

¹ Sófocles. Édipo em Colona. In: Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Aristófanes. *Teatro Grego*. São Paulo, Paumape, 1993, p. 115. A conversa foi a última entre Polinice e Antígona, que acompanhava seu pai, o ex-rei de Tebas, Édipo, que depois da descoberta de ter assassinado o próprio pai e casado com a mãe (com quem teve quatro filhos, Polinice, Antígona, Ismênia e Eteócles), furou os próprios olhos e retirou-se para Colona. Creonte, irmão de Jocasta, assumiu o trono, e de seu lado ficou Eteócles. Contra Creonte, Polinice desafiou o poder tebano e lutou contra seu irmão Eteócles, morrendo os dois em combate.

Antígona, segundo Freitag, faz valer a lei do *oikós*, ou dos deuses, e segue sua consciência, desrespeitando a lei da *polis*, ou dos homens. De acordo com Freitag (1995: 21), Sófocles quer mostrar a seu público que

[...] toda ação humana é suscetível de erro, que cada ponto de vista defendido tem sua razão de ser, remetendo contudo ao ponto de vista radicalmente contrário, cujas validade e legitimidade vão se tornando evidentes no desdobramento da trama de cada personagem.

Para ela, o público, ao final da peça,

[...] aprende a ver as mediações e a hierarquia existentes entre lei divina e lei dos homens. Age mal todo aquele que não compreender essa mediação e essa hierarquia. Antígona, desconhecendo e desrespeitando a lei dos homens, paga sua ação com a morte. Ela sabia da punição prevista para a sua transgressão da lei dos homens e estava disposta a sofrer essa consequência. O que ela não sabia é que ela estava arrastando para a morte Hêmon e Eurídice, ambos inocentes, ferindo assim, despropositadamente, a lei divina (1995: 21).

O desdobramento da ação moral de Antígona atinge, de fato, outros personagens, que também cometem suicídio, como Hêmon, noivo de Antígona e filho de Creonte, e a própria mulher deste, Eurídice, abatida com a morte do filho. O arrependimento de Creonte chega tarde demais, e a nova ordem, agora para abrir o túmulo de Antígona, também. O destino não pode ser mudado, a *moira* está definida.

Moral e cultura

Moral e compromisso cultural costumam andar juntos. A aplicação de juízos particulares a fenômenos distintos não raras vezes faz com que juízos de valor gerem ações unilaterais e submetam à condenação pública ou privada, em geral com desdobramento comportamental concreto, como, por exemplo, uma punição física ou moral. O Alcorão e a Bíblia também podem ser interpretados de acordo com uma concepção cultural particular e gerar atos tolerantes ou cruéis. Os juízos particulares em geral consideram que eles próprios são a base para os julgamentos em geral e sua imposição tem a pretensão de ser um fundamento universal. Este só pode existir se, na mediação da afirmação de juízos particulares, houver uma ponte entre as diversas concepções, no sentido de que possam apontar a constituição de uma fundamentação universal, em que as particularidades se vejam e possam dialogar, isto é, possam criar algo *em comum* ao gênero humano. Esta é,

talvez, a única base para um fundamento universal e para a constituição de um futuro diferente do que foi o passado e do que é o presente.

De alguma forma, a humanidade é sempre projeção para o futuro e carrega, consigo, seus significados, dados por ela mesmo. Eles não são momentos duradouros cristalizados, como uma rocha, mas momentos extremamente ínfimos de redefinição, como num movimento dialético de comportamentos, de culturas, de sociedades e de indivíduos. Neste sentido, a transgressão de Antígona tem dois sentidos. Um deles referencia o princípio moral como relevante socialmente e a insubmissão como gesto humano legítimo. De outro, o desafio à determinação legal geral empurra a legislação para sua constante readequação a comportamentos sociais que não mais podem ser encarcerados pela norma jurídica, além de interiorizarem, em quem detém o Poder, também conflitos morais. Os atos do presente projetam o futuro. Tais aspectos podem ser levados para o mundo dos dilemas morais vividos ainda contemporaneamente pelos indivíduos ... e pelas profissões decorrentes da divisão social do trabalho que gerou especificidades que necessitam decisões ético-práticas.

Com tal perspectiva, é que talvez Bárbara Freitag tenha afirmado que Antígona, sendo mortal, poderia estar errada, e que Creonte, por apoiar sua ação na lei dos homens, também poderia errar, e que os deuses, ao deixarem que ele vivesse, pretendiam que pudesse se aperfeiçoar. É certo que a mitologia deve ser relevada como atestado de averiguação. Mas também é certo que pode se tornar paradigma importante como representação de mundos simbólicos que agem sobre o concreto e que retornam como símbolos, convalidando uma espécie de *segunda natureza humana*, ancorada na cultura, na qual se insere o campo dos valores e, portanto, o da ética e, especificamente, o da ética aplicada às profissões.

Voltando a Freitag (1992: 22-23), “de tirano (imoral), Creonte transformou-se, pelo erro e pelo sofrimento, em um soberano ético, capaz de levar em conta os interesses reais de seus súditos, os cidadãos tebanos.”

Sófocles, deste ponto de vista, está fazendo uma proposição para o futuro, mexendo com comportamentos e sentimentos, fazendo com que o público pense sobre seu mundo e aja com uma nova perspectiva. Este conflito moral passa também ao público e, portanto, os julgamentos tornam-se mais complexos e dolorosos, para que o futuro não seja apenas repetição do passado e, tampouco, a consagração do presente. O problema moral é, assim,

um dilema que, ancorado no passado, dele pode ou não se libertar, questionando o presente e gerando um futuro que não está dado de antemão, mas que pode ser projetado pela cabeça e mão humanas.

A tragédia de Antígona é também um pouco a que cada um vive no cotidiano, mesmo hoje. Contemporaneamente, o registro de atos comparáveis aos de Antígona são cada vez mais comuns, independente de regiões e culturas. O jornalismo diário, que pode mediar o imediato, de forma ágil, em períodos essencialmente curtos, em dimensão pública e escala planetária, traz diariamente tais conflitos, desdobrados como gestos concretos. Muitas vezes, parece difícil entender tais gestos aparentemente pessoais, mas as razões da história e das culturas desdobram-se nas singularidades de diferentes indivíduos. Os dilemas morais gerais se expressam, também, na especificidade dos dilemas éticos de uma atividade profissional. Talvez, por isso, a idéia de profissão tenha a ver com “professar” algo, uma expressão que tem reminiscências religiosas.

Tuareg, código de honra, conflito moral e tragédia

Em romances contemporâneos, que tratam de comportamentos, culturas e morais milenares, como *Tuareg* (1987), de Alberto Vázquez-Figueroa, o conflito moral está também ressaltado.

O tuareg Gacel Sayah habitava, com sua família e tribo, o Saara. Como é costume entre os tuareg, abrigou dois homens que pediram hospedagem, sem perguntar de onde vinham nem o que faziam. Abrigou somente, como manda a milenar tradição tuareg. E como manda a moral tuareg, não aceita que seus hóspedes sejam incomodados. Mas o foram. O Exército entrou na tenda em que os dois hóspedes descansavam, matou um e levou outro para a prisão. O oficial chefe da expedição pediu, antes de entrar, para que Gacel entregasse os hóspedes. A resposta: “A hospitalidade é sagrada entre nós. Uma lei mais antiga que o Corão” (1987: 23). A isso, o oficial garantiu que ele representava a lei. Mais uma vez, o *targuí* (forma singular da palavra árabe tuareg) respondeu: “A tradição tem mil anos. Você tem cinquenta. Deixe em paz meus hóspedes” (1987: 23). Não foi ouvido.

No livro, Vázquez-Figueroa narra a incessante busca de Gacel Sayah para reparar a honra ultrajada, mesmo que isso significasse a morte. O tuareg lembrava, no fundo, as palavras da velha Kalthoum, de que ele não morreria no deserto. Era o que mais temia,

morrer longe de sua terra, de sua gente e costumes, longe do silêncio que amava e da ausência de fronteiras, de bandeiras, dos dominadores franceses ou nacionalistas que não via em seu território, a imensidão do Saara. Mas era necessário reparar moralmente o desrespeito a que fora submetido ele e seu povo.

A reparação da honra custou a perda de tudo isto e Gacel Sayah, *O Caçador*, respeitado por sua coragem, jogou-se na busca daqueles que mataram ou levaram seus hóspedes. Um a um, foi ultrapassando os obstáculos, que incluíam retirar o hóspede preso, o ex-candidato à presidência do país, Abdul-el-Kebir (que Gacel não sabia quem era), da prisão, mesmo que no caminho tivesse que matar quem conduziu o exército até sua tenda, vários soldados que guarneciam a prisão onde Abdul estava e, entre outros, o chefe da prisão; mesmo que tivesse que seqüestrar o governador regional, que tivesse que ameaçar o presidente da nação. Bem sucedido, conseguiu ultrapassar a até então intransponível “terra vazia” do Tikdabra (de onde ninguém jamais havia retornado), abater ou ludibriar seus perseguidores e chegar até o presidente, para exigir a devolução de sua família, àquela altura também seqüestrada para forçar a troca por Abdul-el-Kebir e a rendição do tuareg. Ferido em tiroteio com a polícia nas ruas da capital, para onde fora, após ajudar Abdul-el-Kebir a atravessar a fronteira, e escondido em um prédio abandonado, Gacel não soube da queda do presidente e da ascensão ao Poder de seu ex-hóspede a partir do apoio do exterior e de grupos internos. Quando recuperou-se dos ferimentos, volta às ruas e vê uma multidão saudar a passagem do presidente. Afasta os populares e dispara três tiros contra o chefe da nação, que, dentro de um carro, voltava triunfalmente ao Poder. É abatido a tiros, mas também Abdul-el-Kebir, que não havia reconhecido antes dos disparos, não sobrevive. Ele acabara de matar o homem por quem se dedicara a fazer cumprir o milenar código tuareg.

Para o então prefeito de Porto Alegre e atual Ministro da Justiça, Tarso Genro (1990: 153):

A ética superior de Sayad, que se explicita ao final do seu trajeto épico, é uma ética trágica. A estrutura social e os costumes que a geraram, sobrevivem acantonados nos mais longínquos sítios de um deserto, que parece cada vez mais asfixiante. Por mais elevada que ela seja não poderá furar a couraça de uma sociedade que precisa fazer da provisoriedade, da mobilidade e da concorrência entre as pessoas, da repressão e da segurança, o seu modo de vida.

Conforme Genro (1990: 153-154):

É reconfortante saber que ainda se escrevem grandes romances e que a literatura da nossa época, cansada da mesquinhez de uma modernidade apanhada apenas em sua superfície, reage para colocar no centro da arte a grandiosidade do sujeito. Seus confrontos e seus conflitos centrais que tratam de fundir, na grande arte, o passado e o futuro, para postar-se no presente como mais um momento do esforço para afirmar o que é belo porque é justo.

Os dois complexos dilemas, representados por Antígona e Gacel Sayah, indicam a grandeza e também a tragédia dos atos e de suas conseqüências. E permanecem como referências para os conflitos diários que os indivíduos enfrentam, incluindo jornalistas que lidam permanentemente com o presente, seu objeto sempre fugaz.

Uma aproximação com o dilema moral no jornalismo

Na Literatura ou na Filosofia, entre muitas outras áreas, as análises de problemas entendidos como morais têm estado presentes milenarmente. Antígona e Gacel Sayah representam um paradigma da tragédia pessoal e social e, ao mesmo tempo, um tema que tem se repetido historicamente. Hoje, se abirmos as páginas das editorias de Polícia, em quaisquer jornais diários, em diferentes países, estarão presentes tragédias e conflitos morais expressos em ações registradas jornalisticamente. Mas não só nelas. Nas páginas de cobertura ambiental, de comportamentos sociais, de economia ou política, percebe-se a dimensão dos fatos ocorridos a cada dia e das proposições de cada uma de tais áreas para o entorno social, com seus possíveis benefícios mas também com suas trágicas conseqüências. O Jornalismo, ao tratar com fatos e interpretações, em períodos essencialmente curtos e ancorados no presente, lida com a diversidade moral de cada um dos atores e segmentos sociais.

Embora jamais se possa garantir aprioristicamente um outro destino para a humanidade, é possível tratar de um presente conflituado. O próprio fato de tratá-lo é, de certa forma, o reconhecimento de que os conflitos morais e as tragédias estão na história e no cotidiano. Este reconhecimento é também o de que o conhecimento e ação humanos, presentes na Literatura, na Filosofia ou no Jornalismo são precisamente humanos, para discussão humana e solução humana.

Por isso, os conflitos, presentes milenarmente nas ações humanas, aparecem também nas manifestações específicas de cada atividade, incluindo o que modernamente

passou a chamar-se *profissões*, resultado da divisão social do trabalho. O compromisso do indivíduo com a sociedade e com a sua especificidade profissional encontra, no desdobramento da unidade em que se move uma pessoa, alguns conflitos morais que ela precisa administrar. Por isso, precisa pensar sobre sua atividade e sobre sua relação social. Precisa escolher e tomar a melhor decisão diante da complexidade em que está inserido determinado fato. Mas, para isso, precisa situar sua atividade profissional no mundo.

Dilemas morais no jornalismo: dois exemplos paradigmáticos atuais

Há quase 14 anos, de 17 a 19 de maio de 1996, na cidade de Itu, interior paulista, o Instituto Gutenberg de São Paulo e o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo organizaram o Seminário *Ética na Imprensa: realidades e desafios no Brasil*. O encontro foi patrocinado pela Fundação McCormick, do jornal *Chicago Tribune*, de Chicago, e pelo Instituto de Ética Mundial, de Washington. Foram convidados 40 profissionais, entre jornalistas, estudiosos e professores para tratar de questões éticas no jornalismo e examinar quatro casos práticos e quais as atitudes que cada um tomaria, cabendo uma decisão em quatro grupos para posteriormente ser levada à discussão geral.

Dois temas, mais apropriadamente, envolvem um profundo conflito moral vivido pelo profissional no cotidiano de sua atividade. Embora tenha havido bastante polêmica e controvérsias, damos nossa opinião sobre o conflito e a escolha moral decorrente, que leva a uma atitude profissional que, de um lado, não tem muito tempo para escolher e, de outro, vai aparecer claramente nas páginas de jornais e revistas, ou em imagens e sons de tevês e rádios ou, ainda mais contemporaneamente, no espaço do ciberjornalismo.

A decisão de publicar, prejuízos e ganhos

No primeiro caso², o jornalista recebe denúncias sobre trabalho de menores, crianças de 8 a 12 anos, que trabalham, em troca de 50 reais por mês, mais de 10 horas por dia, em uma olaria. Em várias oportunidades, as mães das crianças imploram pelo emprego, cuja remuneração, hoje, daria para comprar algumas hortaliças, frangos, enfim, alguns gêneros que auxiliariam na sobrevivência familiar. O Brasil, para situar dados da Organização

² Os temas aqui propostos foram baseados em casos de coberturas/matérias jornalísticas efetivamente feitas, que deixaram dúvidas morais em vários profissionais. São também casos com que os jornalistas defrontam-se seguidamente em sua profissão.

Internacional do Trabalho, tinha à época a segunda pior distribuição de renda do mundo e muitas pessoas trabalham, ainda hoje, sem receber salário. Ou trabalham e não têm carteira assinada, como as crianças referidas.

É dever do jornalista contar a história? Mas o dono da olaria argumenta que sua pequena empresa será fechada pelo Ministério do Trabalho e que as crianças ficarão sem qualquer dinheiro. E que ele perderá seu meio de sobrevivência. Ao mesmo tempo, o jornalista sabe que o Ministério do Trabalho, enquanto fecha uma olaria, não quer ou não tem condições de fiscalizar todos os outros locais em que ocorrem trabalho escravo, trabalho insalubre sem proteção, trabalho sem assinatura de carteira, trabalho de crianças menores de 14 anos, proibido pela Constituição.

Se o repórter contar a história e o editor publicar, poderá prejudicar imediatamente a vida familiar e a sobrevivência das crianças. Se não publicar, contribuirá para a continuidade de tais trabalhos e para a continuidade de uma sociedade e de um país que descumpra uma série de regras constitucionais que precisam assegurar a todos o direito a emprego digno, à sobrevivência decente, à infância, etc. E estará descumprindo o que estipulam os códigos de ética ou conduta profissionais, que têm, como um de seus princípios, a divulgação de fatos de interesse público, para que a sociedade tome conhecimento e se posicione; para que o governo, informado, fiscalize e assegure o que a Constituição define, valorizando a vida, sejam crianças ou adultos, através de emprego, salário, moradia, comida, etc.

Neste caso, o jornalista pode até, imediatamente, sentir-se mal em publicar o acontecimento, mas em conexão com outras esferas de conhecimento e de tomadas de decisão, seu trabalho ajuda a que a sociedade se veja e que, daí, possa projetar-se para o futuro com a resolução de problemas considerados como tais no presente.

Por isso, a escolha moral do jornalista deve levar em conta que, entre aderir ao código moral de sua profissão e as necessidades imediatas do dono da olaria ou das crianças, pode buscar, na dimensão da publicação e na continuidade de revelação de acontecimentos similares, o compromisso com a eliminação de tais acontecimentos da vida social, ampliando sua escolha para a escolha de uma sociedade em que tais problemas não existam. Por isso, publicar significa também escolher a vida, ou valor mais universal, a

sociedade mais justa, mesmo que isto seja um processo e os dilemas morais continuem aparecendo a cada momento.

Como Antígona, o jornalista precisa escolher. Antígona poderia atender ao interesse de Creonte, que representava a lei e o interesse “geral”. Preferiu atender o chamado de sua consciência e do que considerava mais justo, da palavra empenhada com o irmão, para enterrá-lo.

Embora diferente, o jornalista escolhe, e escolhe moralmente, no caso, a favor de determinada direção social, embora com prejuízos a alguém, o que, imediatamente, sempre ocorre. Caso o jornalista deixe de dar a informação, contribui para o anti-jornalismo, para a sonegação social da informação pública, para esconder a revelação das tragédias sociais e de seus desdobramentos, como o impedimento da infância, como o trabalho escravo, embora todos os atingidos, imediatamente, talvez não possam ver ou viver o mundo diferente, porque já não estarão presentes quando de sua modificação.

A transparência da sociedade e das fontes e a transparência do jornalista

Um outro problema levantado no Seminário foi a alteração de identidade para revelar um fato que, de outra forma, não transpareceria. No caso, um jornalista que tem noções de direção mas não sabe dirigir automóveis corretamente, matricula-se em uma escola com o nome verdadeiro mas com a profissão falsa. E obtém a carteira. A pauta surgiu porque tal escola de motoristas, sabia-se por denúncias, vinha fornecendo carteira de motorista a muitas pessoas sem qualquer rigor, em combinação com despachantes e funcionários do Departamento de Trânsito. A forma de provar seria infiltrar-se na escola como aluno e revelar a corrupção existente. Tal fato ocorria em uma cidade onde os acidentes de trânsito eram altíssimos. Hoje, por exemplo, morrem no trânsito por ano, no Brasil, 50 mil pessoas. Claro que a estrutura das cidades tem muito a ver com isso, assim como o estresse, a sinalização e outros fatores, como drogas, alcoolismo, velocidade ou insatisfação pessoal. Mas é notório, também – e denúncias já houve sobre isso – , que há corrupção envolvendo escolas de motoristas, policiais e despachantes. ..e os próprios “cidadãos”.

Tal exemplo é comparável com outros em que o profissional da informação altera sua identidade, tais como ingressar clandestinamente num presídio ou hospício para relatar

torturas, tráfico, condições de sobrevivência. A justificativa da jornalismo, a nosso ver justa em determinados casos, é que a realidade não se apresenta claramente ao olhar do repórter, caso ele se mostre como é. Isto é, as fontes, as instituições, quando podem, também são antiéticas com relação ao público e à cidadania: alteram dados, mentem sobre fatos, limpam hospícios, escondem internos, sonegam informação com profunda relevância social. A acusação das fontes e instituições é de que o jornalista foi antiético porque não se apresentou profissionalmente, embora estivesse fazendo um trabalho profissional.

São inúmeros os exemplos de jornalistas que travestiram-se de outras pessoas, e neste sentido, garantiram informação pública, e garantiram a própria sobrevivência. É o caso, por exemplo, de profissionais que investigaram o narcotráfico e que investigaram a própria forma de fazer jornalismo sensacionalista, inclusive transformando tais investigações em livros, como foi o caso de Günther Wallraff, jornalista alemão, que infiltrou-se, com alteração de identidade e feições, no jornal *Bild* para investigar os métodos de obtenção de informação e de sua adulteração (Wallraff, 1990), ou em empresas alemãs para mostrar o trabalho semi-escravo destinado aos imigrantes turcos (Walraff, 1988), além de muitas outras reportagens com tal perspectiva (Wallraff, 1979). Os riscos de vida a que os jornalistas se submetem, seguidas vezes, pode ser atestado pelo resultado de reportagens de Wallraff ou de muitos jornalistas estrangeiros ou brasileiros, com métodos que oscilam entre a duvidosa legalidade e a possível legitimidade moral.

No entanto, a escolha do jornalista em tal direção só pode ser feita em casos extremos, como os relatados. No caso de corrupção na cessão de carteiras de motorista, por exemplo, devem ser esgotadas as fontes dispostas a falar, os documentos comprobatórios, os fatos evidentes por si. Muitas vezes, a falta de qualidade do profissional também impede que ele possa procurar melhor a informação, obter documentos oficiais. Ou, em alguns casos, a rapidez necessária na confecção da pauta não permite tempo adequado para levantar informações, o que é um conflito resolvido, lamentavelmente, pela pressa e pela irresponsabilidade profissional.

É inegável, contudo, que matérias sobre torturas em hospitais psiquiátricos, sobre tráfico de órgãos humanos, nas quais o profissional adulterou sua identidade, contribuíram, inúmeras vezes, para a elucidação e resolução de problemas ou para, no menor dos casos, evitar a ampliação de alguns destes problemas, em determinadas regiões, embora

continuem, todos sabemos. Mas o jornalista fez sua parte, inclusive com risco de vida. Tais exemplos paradigmáticos são recorrentes, e cada vez mais, na história do jornalismo, favorecidos atualmente pela evolução tecnológica.

O novo cenário do ciberjornalismo e os dilemas morais

Os dilemas morais da profissão jornalística são incontáveis e estão submetidos ao processo de liberdade profissional, de escolhas conscientes, de circunstâncias históricas ou etapas em que se exerce a atividade. A constituição de valores morais no exercício do jornalismo e sua relação com a evolução profissional (Karam, 1997), das *Acta Diurna* romanas à *prensa* de Johannes Gutenberg - passando pela sociedade industrial que constituiu também os Estados nacionais até chegar à consolidação da representação pública por meio das correspondentes instituições; ao modelo de negócios jornalísticos do século 20; e ao novo cenário do ciberjornalismo (Sousa, 2008), envolvendo uma nova etapa profissional global -, diversificou-se ainda mais hoje. Os dilemas éticos jornalísticos se avolumaram, complexificaram e exigiram, além de reflexão, decisões no “calor da hora” e perante prazos técnicos intransponíveis.

Mas qual é o cenário atual do ciberjornalismo? Ao lembrar que as novas tecnologias permitem a qualquer um buscar informações, processá-las, editá-las, andar pelos tribunais confundindo-se com os profissionais, Pavlik (2005) chama a atenção para o fato de as transformações estarem apenas iniciando. Hoje já é possível se informar mais e buscar contextualização por diferentes meios e em distintas plataformas tecnológicas. Ele não esquece, no entanto, de reforçar os elementos do jornalismo, inclusive os princípios éticos, que devem ser mantidos como conduta cotidiana, entre eles a questão da credibilidade e da veracidade. Ressalta que, no entorno eletrônico atual, está surgindo uma nova forma de notícias, que chama de *jornalismo contextualizado*, com cinco dimensões: 1) a amplitude das modalidades comunicativas; 2) a hipermídia; 3) a participação cada vez maior da audiência; 4) conteúdos dinâmicos; 5) personalização (2005: 25). Considerando que a inclusão digital será cada vez mais rápida – a depender, claro, de políticas governamentais que apontem para isso e do interesse do mercado – Pavlik chega a chamar o novo cenário de uma república eletrônica do século 21, em que o ciberjornalismo se converterá na parte crucial do novo momento jornalístico (2005: 211).

Com diferentes perspectivas e distintas matizes políticas, econômicas e ideológicas, parece haver o reconhecimento das potencialidades das novas tecnologias para a democracia social, para a participação e para as escolhas mais conscientes da sociedade, resultado de um novo cenário ideal. Nele, os interesses midiáticos hegemônicos hoje ficariam mais sob pressão pela vivência cotidiana e expressa por infinitas fontes, em variedade enorme de meios, em diferentes suportes, com controvérsias e discussões e escolhas que poderiam passar ao largo da mediação tradicional midiática, exercida por profissionais a serviço das grandes mídias. Seria um novo espaço, já visível, de novos trabalhos, ocupações, empregos, serviços. Naturalmente, o jornalismo cívico pode partir de estímulos governamentais, do estado, de organizações não-governamentais, de segmentos os mais variados.

Uma das perguntas que ainda está para ser respondida é se o novo cenário prescindiria de profissionais que se dediquem ao jornalismo o tempo inteiro – e, portanto, com ocupações distintas das dos médicos, professores, pesquisadores, químicos, agricultores, encanadores, etc... – ou se as informações vão se misturar a tal ponto em que não tenhamos mais distinções narrativas e nem selos de qualidade ao trabalho e à disseminação de conteúdos na imediatividade e atualidade que exigem. Talvez não seja “bem assim”, e o patrimônio ético, de linguagem, de estruturação do texto, dos métodos de trabalho, de checagem e apuração de informações, de valores como credibilidade, veracidade e legitimidade podem apontar traços distintivos que não se extinguem e, sim, reforçam a idéia de *profissão* – e, portanto, de *formação*.

Outra questão a ser observada é que o público, de alguma forma, precisa um meio que comparta, em escala global, a controvérsia pública, estimulando comentários e repartindo idéias, opiniões, informação e conhecimento, não reduzindo-se a grupos étnicos, culturais, sociais, etc. Isso faz com que as experiências sejam, de fato, enriquecedoras mas insuficientes, não abrindo-se mão das políticas públicas de comunicação, tais como o esperançoso projeto de uma TV Pública no Brasil, ou um sistema de comunicação público, com estímulo do Estado mas sem seu controle, que caberia à sociedade civil e suas instituições/entidades, tarefa igualmente não muito fácil, dado o número de atores, representações e, neste meio, disputas políticas e muitas vaidades pessoais.

De qualquer forma, o volume de informação contemporâneo e o ritmo social exigem a disseminação de experiências segmentadas.

O jornalista colombiano Javier Restrepo tem ministrado cursos em que participam diversos profissionais em exercício na América Latina e discutido dilemas éticos atuais, dificuldades na sua consecução e possíveis alternativas aos problemas colocados, entre eles os surgidos com as novas tecnologias. Mas em todos os casos, há quase uma unanimidade, a de que, ainda hoje, os traços universais essenciais da ética jornalística, que servem como guia, são o compromisso com a verdade, a responsabilidade social e a independência (2004: 35).

Parece haver razão quando Restrepo sugere que a ética não está submetida ao campo jurídico e depende mais da autonomia e da consciência da pessoa e do profissional. No entanto, ele reconhece que a ética jornalística existe como conseqüência de valores desenvolvidos no jornalismo e que se trata de uma ética aplicada, não abstrata, que culmina no fazer profissional. É aí que técnica e ética convergem e que toma fôlego a deontologia jornalística, isto é, o *dever-ser* profissional, que se realiza, obviamente, no processo e na finalização da produção na área, por meio de quaisquer suportes, com os elementos do jornalismo.

Por isso, a profissão ganha responsabilidade maior, se quiser permanecer como tal e avançar em sua consolidação, modificações e atualização. Tais aspectos poderão ser levados em conta por *não jornalistas*, mas com mais dificuldades, a meu ver. Os *não jornalistas* terão dificuldades, com a mesma intensidade, detalhamento e compromissos, de exercer a atividade como os profissionais da área. Enfim, quem está trabalhando na medicina, no direito, na engenharia, na investigação sociológica, na produção de pipocas, na agricultura, na confecção de músicas, estaria em condições de produzir o mundo da informação com os critérios jornalísticos? E se assim fosse, qual a durabilidade, credibilidade, legitimidade e atualidade do produzido? Uma coisa é exercer o jornalismo a cada minuto, com sua carga teórica, ética e técnica; outra é ser fonte ou colunista especializado em sua área, atividades em que se é buscado incessantemente pelos profissionais jornalistas ou se pode exercer livremente na mídia, com a autonomia, responsabilidade e opinião próprias do comentarista. Uma coisa é a opinião livre e outra é o

compromisso com o desdobramento dos acontecimentos e versões e sua confecção específica com os critérios jornalísticos.

O fato de tais critérios terem dificuldades de aplicação diante das pressões de ordem política, econômica, ideológica ou mercadológica significa que não há nada mais a fazer e que a profissão chegou ao fim, pelo menos com este nome de Jornalismo e com os valores que se tentou implantar ao longo do século 20? Ou ele ganha fôlego com a sociedade da informação e com a convergência tecnológica, cultivando ainda mais sua especificidade e seus traços distintivos em relação a outras atividades? As condições dadas para a democratização dos processos de comunicação e de informação estão postas. Por que não se realiza plenamente? Qual o papel do Estado e dos profissionais, dos segmentos sociais e das organizações para implementar o projeto democrático na mídia? Ou a informação sobre o que se passa não tem tanta importância assim para os cidadãos e o jornalismo, embora possa sobreviver com este nome e seus critérios, seria dispensável para a sociedade?

Observe-se que mesmo as grandes corporações midiáticas sofrem com a amplitude e reprodução ampliada da crítica às coberturas e ao tratamento de fatos e fontes. Os sítios digitais de jornalismo crescem e são alguns dos inúmeros hoje existentes no planeta, juntamente com tevês, rádios, jornais e revistas, eletrônicos ou impressos. É cada vez mais comum que editoriais de quaisquer grandes mídias tentem se defender de acusações em determinadas coberturas (eleitorais, policiais, etc.) porque há, efetivamente, alguma coisa nova que se mexe: sítios digitais destinados a críticas midiáticas; não identificação social com as coberturas, procurando-se meios menores mas com maior atestado de veracidade, etc.

A sociedade da informação e a facilidade tecnológica parecem estar tensionando a hegemonia das grandes corporações, mas, contraditoriamente, é necessário grandes mídias para existir um compartilhamento social comum daquilo que se passa. E mais: como nenhuma grande mídia ou mídia hegemônica pode dar conta de todos os interesses e do cotidiano em que ocorrem fatos e seu desdobramento em versões, é quase natural a demanda por novas mídias, com novas abordagens, novos temas, fortalecendo a necessidade de segmentação e de diversificação de propriedades e de fontes.

A preocupação ética cresce na medida em que aumenta, nas sociedades contemporânea (em que se reconhece, como retórica e como configuração jurídica, uma

certa variedade de valores emancipatórios e de direitos, ao menos consagrados em muitos países, fruto da modernidade), o recrudescimento de valores e ações que geram a xenofobia; a intolerância política e religiosa; a discriminação sexual e étnica; a violência; a criminalidade; as catástrofes ambientais... Não poucos especialistas estão envolvidos com estudos de tais questões, e não poucos pesquisadores tratam de tais questões à luz do papel da informação midiática e específica do tipo jornalística, incluindo os dilemas éticos enfrentados a cada momento.

Lembrando que, apesar das resistências aos códigos ético-deontológicos na comunicação e no jornalismo (dividindo entre os que consideram que não serve para nada porque querem fazer outro uso que não o correto da informação; porque não consideram que seja aplicável ao dia-a-dia devido aos constrangimentos e pressões da atividade; e os que acham que é insuficiente), eles redobram sua importância como referencial comum para os profissionais e para a sociedade, Hugo Aznar (2005: 55), defende o *reforço do ideal de compromisso ético do jornalista*:

La existencia de graves problemas sociales exige el compromiso de todos con su eliminación, incluidos los medios y quienes trabajan en ellos. De ahí que los periodistas deben recuperar un cierto ideal perdido o debilitado de compromiso con la mejora de la sociedad. Bien entendido que este compromiso no es político ni ideológico, sino ético. Y no de ética en general, que también, sino sobre todo de ética de la comunicación.

Aznar faz um recorrido na variedade de códigos éticos que devem servir como referência para os jornalistas e confirma as suspeitas. Apesar dos discursos de que eles são inúteis, inaplicáveis ou de que não existe uma ética jornalística ou da comunicação, todos apontam para a necessidade de determinados procedimentos que são, precisamente, a culminação de um exercício moral profissional; de um dever-ser que se configura, na prática, como o resultado de uma reflexão e de uma experiência histórica de ordem prático-filosófica; de um saber prático que não prescinde de uma epistemologia; de uma teoria moral, dada a responsabilidade social e a relevância que a atividade profissional jornalística adquire no seu traço distintivo perante a sociedade. E que faz com que a profissão, para manter e consolidar socialmente seu estatuto ontológico, ético e técnico, mantenha acesa a luta pela consecução de princípios que seguem o rastro das revoluções democráticas que incluíram em seus documentos oficiais o direito de expressão, de saber o que ocorre, de se

informar adequadamente para conhecer o entorno, incluindo-se estes entre os modernos direitos civis.

Entre as razões de ordem histórica, social e econômica para a existência dos códigos e a defesa dos valores profissionais, Aznar (2005: 43) destaca, também, as *tecnológicas*, entre as quais a Internet e sua utilização:

La generalización de otros avances menores que tienen un impacto significativo en la actividad de los medios, como la generalización del ordenador personal, las cámaras de vídeo, los bancos de datos, los nuevos instrumentos de escucha y grabación o las nuevas técnicas de manipulación de imágenes y sonidos. Todo esto obliga a reconsiderar algunas cuestiones tradicionales de la ética periodística – como la veracidad, el respeto a la intimidad, los límites del periodismo de investigación, etc - . Los deberes del periodismo no cambian, pero sí lo hacen las circunstancias en que se aplican y esto obliga a plantear nuevos debates éticos y esclarecer los criterios para un empleo correcto de estas nuevas tecnologías.

Isto implica um conjunto de questões comuns ao jornalismo, dada sua responsabilidade por temas, fatos e versões da atualidade, que emergem a cada minuto no planeta. E exige uma crescente especialização para tratar de temas tão complexos e com tantas vertentes. Exige não apenas uma formação adequada, o que não seria pouco, mas sucessivas especializações para lidar com a variedade infinita de campos e subcampos do conhecimento. A forma de abordá-la e tratá-la, a jornalística, implica que o profissional redobre sua responsabilidade, e, ao mesmo tempo, seja integral – além de íntegro – no exercício da atividade.

Parece haver uma relação entre o exercício prático da profissão com a representação valorativa que faz do mundo por meio da linguagem. Assim, é na culminação técnica e na ordenação da linguagem qualificadas que o jornalismo tem um de seus principais alicerces morais.

A culminação teórica e ética, ainda que provisória, ocorre na produção técnica, estipulando-se procedimentos que determinam a qualidade final da realização profissional, embalada pelas narrativas próprias, pelos elementos da notícia, pelos métodos de investigação, pela estrutura do texto, pelo processo de edição. O marco técnico se renova no início do século 21, e parece reafirmar tanto princípios jornalísticos, resultado da afirmação teórica e ética da atividade ao longo de sua história quanto dos desdobramentos operativos da profissão jornalística exigidos pelo novo cenário global.

Para Fontcuberta (2006: 52):

Frente a la identificación tradicional de la educación como transmisión de conocimientos se impone un nuevo concepto: el de la *gestión del conocimiento*. Pero ¿qué significa gestionar el conocimiento? Em principio saber como acceder a las informaciones necesarias, seleccionarlas, articularlas y aplicarlas a un determinado objetivo. Es decir, realizar las mismas funciones que un periodismo de calidad ejecuta (o debería ejecutar) constantemente.

No entanto, a rapidez e a atualidade da informação do tipo jornalística, com seus critérios e especificidade de ordem moral e técnica talvez sejam dificultadas pela ausência de um profissional, na medida em que o que Fontcuberta chama de “jornalista cidadão” não possa ter a mesma disposição temporal e dedicação integral para o ofício, como já delineamos. Da mesma forma, os interesses do jornalista cidadão - não profissional - esbarram num conjunto de interesses que, se válidos, o ajudam pessoalmente mas têm certos limites. Acabam por se tornar, em geral, uma busca de dados e uma participação espontânea, seja como fonte de informações ou comentarista livre. A noção de profissão e os selos *credibilidade*, *legitimidade* e *necessidade social imediata* ancoram-se também em uma forma de se exercer o ofício, cotidianamente, que exige um saber e um fazer específico. Claro está, também, que alguma coisa do que hoje se chama jornalismo “profissional” fica bem distante da grandeza do nome e de tais características apontadas.

Mas parece haver razão quando a autora considera que

[...] una de las principales responsabilidades del periodismo debería ser la de ofrecer a su público la información necesaria para que pueda construir progresivamente su conocimiento sobre la sociedad en que vive y facilitarle las herramientas necesarias para ser capaz de desenvolverse en ella con autonomía (2006: 53).

Na Sociedade da Informação ou Sociedade da Informação e do Conhecimento, o trabalho jornalístico continuar a utilizar tais critérios. E isso se redobra, a meu ver, com a segmentação informativa. Dado o volume de informações, fatos e versões em quase infinitos campos de conhecimento, os critérios acabam por serem levados também para o exercício jornalístico em grandes ou pequenas mídias, em veículos (em qualquer plataforma tecnológica) que tratem de genética ou da corrida de cães, facilitando o acesso mais imediato e claro ao que ocorre imediatamente no cotidiano e no entorno geográfico.

Observando-se a produção atual de conhecimento e de fatos, que circulam de diferentes formas, de bibliotecas a veículos jornalísticos voltados para uma pequena comunidade, exigindo acompanhamento, seletividade e determinado ritmo; envolvendo interesses e necessidades específicas e imediatas, em fluxos internacional ou local; exigindo divisão de funções ao mesmo tempo em que pede profissionais multimídia para quaisquer plataformas tecnológicas; exigindo-se distinção no tratamento do conhecimento, do fato ou das fontes nos diversos gêneros e nas diferentes editorias; exigindo-se capacidade de apuração e de edição, de pauta e de entrevistar, de coletar e de redigir, de investigar e de conferir; e de colocar de forma qualificada, atrativa, verossímil e legítima, “traduzindo” campos herméticos ou buscando certa isenção ao lidar com pontos de vista que podem ser até mesmo contrários ao do profissional, certamente o sistemático aprendizado e a sistemática experiência cotidiana podem pedir um *campo distintivo profissional*. Isso poderia atestar, ainda, que a *legitimidade* e a *credibilidade* são os dois valores centrais da atividade jornalística, amparados, entre outros valores, nos de *representação/delegação*, *responsabilidade* e *liberdade*, que não constituem, senão, vértices dos próprios direitos civis nas sociedades democráticas.

Os paradigmas de Antígona e Gacel Sayah reaparecem a cada momento em difíceis e incontornáveis decisões morais a que os profissionais do jornalismo têm de recorrer. Por isso são paradigmas. As decisões, não raras vezes, escondem o quase invisível fio que separa a grandeza da tragédia. Por isso, os paradigmas servem como referência para o indispensável debate ao redor das especificidades da ação moral, que no caso jornalístico, remetem a um significativo volume de temas, casos, procedimentos e decisões, em diferentes suportes tecnológicos, que se desdobram em pautas, apurações, edições e publicização imediata. Por isso, o debate sobre ética – e sobre ética profissional jornalística – , ainda que a contragosto para muitos nas sociedades contemporâneas, será incontornável e recorrente, dada a intensidade dos dilemas morais profissionais imediatos. Nada tão antigo como Antígona e Gacel Sayah; nada tão atual quanto Antígona e Gacel Sayah.

Bibliografia

- AZNAR, Hugo. *Ética de la comunicación y nuevos retos sociales*. Barcelona: Paidós, 2005.
- FONTCUBERTA, Mar de y BORRAT, Hector. *Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción*. Buenos Aires: La Crujía, 2006.
- FREITAG, Bárbara. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas, SP: Papirus, 1992.
- GENRO, Tarso. *Política & Modernidade*. Porto Alegre: Tchê!, 1990.
- KARAM, Francisco José Castilhos Karam. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- PAVLIK, John. *El periodismo y los nuevos medios de comunicación*. Traducción de Óscar Fontrodona. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- RESTREPO, Javier Darío. *El zumbido y el moscardón*. México: FCE/FNPI, 2004.
- SÓFOCLES; ÉSKUÍLO. *Rei Édipo; Antígona, Prometeu Acorrentado*. Tradução de J. B. Mello e Sousa. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- SÓFOCLES. Édipo em Colona. In: *Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Aristófanes. Teatro Grego*. Tradução de Osmar Perazzo Lannes. São Paulo: Paumape, 1993.
- SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Organizador). *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa – perspectivas luso-brasileiras*. Porto: UFP, 2008.
- VÁZQUEZ-FIGUEROA, Alberto. *Tuareg*. Tradução de Remy Gorga Filho. Tradução de Porto Alegre: L & PM, 5a. ed., 1987.
- WALLRAFF, Günter. *Cabeça de turco*. Tradução de Nícoline Simone Neto. São Paulo: Globo, 1988.
- WALLRAFF, Günter. *Fábrica de mentiras*. Tradução de Carmen Fischer. São Paulo: Globo, 1990.
- WALLRAFF, Günter. *El periodista indeseable*. Traducción de Joaquín Jordá. Barcelona: Anagrama, 1979.

Francisco José Castilhos Karam é professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil). Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é autor dos livros *Jornalismo, Ética e Liberdade* e *A Ética Jornalística e o Interesse Público*, publicados pela Summus Editorial (São Paulo).